

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissão
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissão
- 3 – PRONUNCIAMENTOS**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/4/2018

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagens nºs 360 e 361/2018 (encaminhando a Indicação nº 59/2018 e o Projeto de Lei nº 5.078/2018, respectivamente), do governador do Estado – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 10.595 a 10.613/2018 – Questões de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bosco – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Duarte Bechir – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Gil Pereira – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isaura Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Ivair Nogueira, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 360/2018

(Correspondente à Mensagem nº 397, de 4 de abril de 2018)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Nos termos da alínea “d” do inciso XXIII do art. 62 da Constituição do Estado, submeto à apreciação dessa egrégia Assembleia o nome da Senhora Camila Silveira Carvalho para o cargo de Diretora da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG.

A Arsae-MG tem como finalidade fiscalizar e orientar a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como editar normas de ordem técnica, econômica e social para a sua regulação, nos termos da Lei nº 18.309, de 3 de agosto de 2009.

Ressalta-se que a indicada possui qualificação profissional e experiência administrativa compatíveis com a área de atuação da Arsae-MG, preenchendo, assim, todos os requisitos para ocupar o cargo de Diretora.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Fernando Damata Pimentel, Governador do Estado.

INDICAÇÃO Nº 59/2018

Indicação da Sra. Camila Silveira Carvalho para o cargo de diretora da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG.

– À Comissão Especial.

MENSAGEM Nº 361/2018

(Correspondente à Mensagem nº 396, de 4 de abril de 2018)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame dessa egrégia Assembleia, projeto de lei que dá a denominação de Escola Estadual Padre Henrique Munáiz Puig, de ensino fundamental e médio para Educação de Jovens e Adultos – EJA – à escola estadual de ensino fundamental e médio situada no Presídio de Montes Claros, no Município de Montes Claros.

Tal proposta resulta de pedido formulado pelo colegiado da escola estadual de ensino fundamental e médio situada no Presídio de Montes Claros, que homologou, por unanimidade de votos de seus membros, a indicação do nome Padre Henrique Munáiz Puig para a denominação da referida unidade de ensino.

Nascido em 25 de dezembro de 1931 e falecido em 12 de outubro de 2017, Padre Henrique Munáiz Puig, natural de Ponte Vedra, na Espanha, chegou a Montes Claros em 1966 e passou a trabalhar com jovens com o intuito de libertá-los dos vícios em álcool

e outras drogas. Destacou-se pela dedicação a projetos sociais e por fundar colégios em Montes Claros que contribuíram para a formação de jovens e adultos.

Ressalto que não existe, no município, outro estabelecimento, instituição ou próprio público do Estado com igual denominação atribuída por ato normativo.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente projeto de lei.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Fernando Damata Pimentel, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 5.078/2018

Dá denominação a escola estadual de ensino fundamental e médio para a Educação de Jovens e Adultos – EJA – localizada no Município de Montes Claros.

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Padre Henrique Munáiz Puig a escola estadual de ensino fundamental e médio para a Educação de Jovens e Adultos – EJA – situada no Presídio de Montes Claros, no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 10.595/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para que sejam regularizados os pagamentos dos valores referentes aos condomínios dos 98 apartamentos de propriedade do Estado localizados no Residencial das Américas, nesta capital.

Nº 10.596/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à disponibilização de armamento longo Riot, calibre 12, e viatura, modelo caminhonete, com compartimento de segurança, à unidade de Polícia Militar sediada no Município de Cruzeiro da Fortaleza.

Nº 10.597/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja instalada, de imediato, a Delegacia Regional de Polícia Civil no Município de Mantena, onde a 159ª Companhia de Polícia Militar foi elevada à categoria de Companhia Independente, mas não dispõe de atendimento de ocorrências após as 18 horas e aos finais de semana e feriados.

Nº 10.598/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à disponibilização de viatura, modelo caminhonete, com compartimento de segurança, à unidade de Polícia Militar sediada no Município de Abadia dos Dourados.

Nº 10.599/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam pagas as diárias devidas aos policiais militares por motivo de serviço, a título de indenização pelas despesas com alimentação e pousada, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.301, de 1969.

Nº 10.600/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial da Polícia Militar sediada no Município de Cruzeiro da Fortaleza, bem como à disponibilização de novos coletes à prova de balas e munições calibre 40 à unidade.

Nº 10.601/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências com vistas a determinar o imediato reforço do efetivo policial da 6ª Delegacia de Polícia Civil, sediada no Município de Santa Rita do Sapucaí, com prioridade para a designação de um escrivão e um investigador de polícia para a unidade.

Nº 10.602/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a disponibilização de viatura, modelo caminhonete, com compartimento de segurança, à unidade de Polícia Militar sediada no Município de Delta.

Nº 10.603/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar o aumento do efetivo policial, bem como a disponibilização de novos coletes à prova de balas e viatura, modelo caminhonete, com compartimento de segurança, à unidade de Polícia Militar sediada no Município de Pratinha.

Nº 10.604/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à disponibilização de armamento longo e viatura, modelo 4x4, com compartimento de segurança, à unidade de Polícia Militar sediada no Município de Serra do Salitre.

Nº 10.605/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a disponibilização de viatura, modelo caminhonete, com compartimento de segurança, à unidade de Polícia Militar sediada no Município de Grupiara.

Nº 10.606/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a disponibilização de viatura, modelo caminhonete, com compartimento de segurança, à unidade de Polícia Militar sediada no Município de Douradoquara.

Nº 10.607/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à disponibilização de viatura, modelo caminhonete, com compartimento de segurança, à unidade de Polícia Militar sediada no Município de Lagoa Formosa.

Nº 10.608/2018, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Segurança Pública pedido de informações sobre a eventual constatação de irregularidade na atual gestão do Centro de Internação Provisória de Patos de Minas, notadamente quanto ao Sr. José Pinto de Souza, diretor-geral, ao diretor de segurança Rodrigo e ao supervisor Daniel. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.609/2018, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a implantação de bases móveis da Polícia Militar de Minas Gerais na cidade de Betim. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.610/2018, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a implantação de bases móveis da Polícia Militar de Minas Gerais na cidade de Caeté. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.611/2018, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a implantação de bases móveis da Polícia Militar de Minas Gerais na cidade de Ribeirão das Neves. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.612/2018, do deputado Dilzon Melo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para conferir ao Sr. Magdi Abdel Raouf Gabr Shaat, ex-presidente da Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador, o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 10.613/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 4/4/2018, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição e na detenção de uma pessoa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Questões de Ordem

O deputado Duarte Bechir – Presidente, está acontecendo, desde segunda-feira, dia 2, e vai até domingo, dia 8, a Semana de Conscientização do Autismo, promovida, em sua grande parte, pela Assembleia Legislativa, com todo o apoio desta Casa, por meio de suas redes de comunicação, como a TV Assembleia e a rádio Assembleia, e com o apoio irrestrito do presidente da Casa, deputado Adalclever Lopes. Na segunda-feira, houve a abertura, na sede da prefeitura, na Avenida Afonso Pena, quando discutimos um decreto, uma lei municipal que versa sobre o autismo. Na terça-feira, fizemos uma audiência com a presença do Tribunal de Justiça - representado pelo Dr. Saulo, 3º-vice-presidente, e pelo Dr. Maurício, secretário da presidência - e discutimos, na questão da judicialização, por que a tramitação dos processos demoram tanto, causando prejuízos, às vezes irreversíveis, para as famílias que precisam de determinado atendimento médico ou medicamento. Nessa audiência, tiramos três posições importantíssimas. Primeiro, vamos instalar na Assembleia um posto avançado de atendimento ao cidadão. Isso quer dizer que vamos poder atender na Assembleia famílias que tenham demandas na Justiça, buscando a conciliação. Também teremos um conselho permanente, formado pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, para discutir os direitos da pessoa com deficiência. E também aprovamos um requerimento para que os avanços e os problemas do autismo sejam discutidos pelas Comissões de Saúde e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Ontem, quarta-feira, tivemos mais uma tarde de muito trabalho e com inovações no que buscamos para o atendimento à pessoa com autismo em Minas Gerais. Hoje, quinta-feira, a partir das 9 horas, estive, mais uma vez representando a Casa, no Teatro José Alencar, para a abertura de um ciclo de palestras sobre o autismo e a educação regular, que continua acontecendo e inclui atividades como oficinas, entre outras. Hoje de manhã, deputado Dalmo Ribeiro Silva, estiveram aqui alunos do Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção – Censa –, de Betim, cidade do companheiro Ivair Nogueira, que apresentaram a peça *O Patinho Diferente*, numa alusão àquela historinha dos nossos tempos que tratava de um patinho feio que virava cisne ao final. Ao contrário da história que aprendemos ainda no curso primário, a história de hoje, encenada pelos alunos do Censa, todos deficientes, fala de um patinho diferente. A mãe botou sete ovos, e o sétimo patinho nasceu diferente. Os irmãozinhos não brincavam com ele, que ficava sempre de lado; os irmãozinhos faziam uma festa, e ele ficava sozinho. Ao final, um dos patinhos, entre os seis, disse que estava muito feliz. Isso foi uma alusão à citação: quem ri por último ri melhor. Aí, o patinho diferente pega o microfone e diz: não é “quem ri por último ri melhor”; é questão de respeito e de inclusão. Foi uma cena memorável e muitos servidores da Casa, da TV Assembleia e do apoio à comissão estão fascinados com o que estamos produzindo nesta semana de conscientização. Hoje, a discussão, portanto, é a inclusão do autista na escola regular, no ensino regular. Muitas escolas particulares não aceitam a matrícula de crianças com autismo. As escolas públicas, por sua vez, contratam um professor de suporte, mas sem análise da amplitude do autismo. O autismo se manifesta em crianças e em jovens de diferentes formas, desde a mais branda à mais severa, e as especificidades de cada uma delas não são observadas por professores preparados para isso. Colocam lá professores de apoio, mas não professores especializados. Hoje, então, temos a discussão da inclusão do autista nas escolas. Amanhã, às 9 horas, no fechamento desta semana na Assembleia, estarei presente mais uma vez, e vamos discutir a questão do emprego, do trabalho. Por que não conseguimos, por

exemplo, que a Secretaria de Estado de Trabalho ofereça cursos profissionalizantes que capacitem as pessoas com deficiência para exercer certas tarefas nas empresas, lembrando que, enquanto essas pessoas estão fora do mercado de trabalho, há nessas empresas 10 mil vagas destinadas a elas? Então, amanhã, discutiremos a questão do trabalho. No domingo, na Praça da Liberdade, teremos um momento entre as famílias dos autistas, os pais e os filhos, e a sociedade de modo geral. Haverá, então, no domingo, às 9 horas, nas imediações do coreto da Praça da Liberdade, um conagraçamento das famílias de autistas de Minas Gerais. Era essa a programação, que ainda segue na Assembleia por hoje à tarde e amanhã, que eu queria trazer ao conhecimento de V. Exa. e dos demais pares. Obrigado, presidente.

O presidente – Parabéns a V. Exa. pelo trabalho. Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, da mesma forma, queria fazer um alerta aos colegas deputados e deputadas desta Casa, deputados Ivair Nogueira e Gil Pereira, deputados que já estão no sexto mandato. Cerca de três a quatro vezes, presidente, ocupei este Plenário, esta tribuna, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Administração Pública para alertar os servidores efetivos da Assembleia e de cargos comissionados lotados nos gabinetes de deputados, os servidores contratados, caso dos terceirizados da TV Assembleia, os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública sobre o seguinte, Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro: se o governo do PT permanecer por mais quatro anos governando este estado, daqui a pouco, será parcelado o salário do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública. Só que eu imaginei, Sr. Presidente, e os demais colegas também imaginaram, que isso poderia ocorrer no próximo mandato, caso o PT permanecesse no governo. Quero trazer, Sr. Presidente, uma notícia muito desagradável, primeiro, aos servidores da Assembleia: isso já vai ocorrer este mês, Sr. Presidente. Até o momento, o governador Fernando Pimentel, do PT, não repassou o duodécimo devido funcionalmente ao Poder Legislativo e atrasou também o do Judiciário. Não tenho conhecimento em relação ao MP e ao Tribunal de Contas. Portanto, Sr. Presidente, é com enorme tristeza que vemos o governo destruir todas as políticas públicas de Minas Gerais, arruinar a vida dos servidores públicos do Executivo e agora também dos demais Poderes. A irresponsabilidade deste governo não tem limites, Sr. Presidente. É preciso varrer este governador e este governo do Estado de Minas Gerais e desinfetar as instalações onde o Fernando Pimentel está sentado, ainda na condição de governador. É lamentável, porque, pela primeira vez na história deste estado, o Poder Legislativo vai parcelar o salário dos servidores da Assembleia, e o Judiciário também vai fazer a mesma coisa, porque o governador não repassou o duodécimo. É lamentável, Sr. Presidente, mas não foi falta de aviso deste deputado, não foi falta de alerta deste deputado. Agora é o que restou. Gostaria muito, muito, mas muito mesmo, de ver os deputados que hoje compõem a base do governo e outras frentes auxiliarem o presidente da Assembleia, hipotecarem apoio ao presidente da Assembleia. Quero, presidente, encerrar as minhas palavras dizendo o seguinte: o deputado Adalclever Lopes, várias vezes, foi cobrado por executar; o deputado Adalclever Lopes fez o dever de casa, Sr. Presidente. Ele cortou as nossas viagens para o interior, limitou nossa ação, limitou as ações do próprio parlamentar, reduziu os custos da Assembleia de todas as formas que poderia, retirou a entrega da medalha no Expominas, cortou o número de medalhas e trouxe o evento para dentro deste Poder. Tudo aquilo que o presidente Adalclever Lopes poderia fazer para cumprir o planejamento mínimo, como cortar despesas, foi feito. Sou testemunha viva disso. Várias vezes, confrontei o presidente na reunião do Colégio de Líderes. Ele dizia: “Deputado, estou fazendo a minha parte para não ser pego de surpresa”. E vejam o que aconteceu. A Assembleia fez o seu dever de casa, o presidente fez, os demais deputados fizeram, os diretores fizeram, os servidores fizeram, todos nós aqui fizemos o nosso dever de casa, desde o servidor mais humilde, deputado Duarte Bechir, até o nosso presidente. Mas lá do outro lado, lá no Poder Executivo, esse é um verdadeiro moleque irresponsável, porque não cortou secretaria, não cortou cargo comissionado e continuou torrando o dinheiro público a torto e a direito. Essa é a realidade hoje. Lamentável, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Os servidores da Assembleia não sabem sequer quando receberão e se receberão o salário referente ao mês de março. Considerando que não há quórum para a continuação dos trabalhos, quero pedir a V. Exa. que encerre, de plano, a reunião.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de logo mais, às 19 horas, e de segunda-feira, dia 9, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/4/2018

Às 14h19min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos, Celise Laviola e Ione Pinheiro (substituindo a deputada Rosângela Reis, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.565/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o desdobramento dos assassinatos da vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro, e do seu motorista Anderson Pedro Gomes;

nº 11.580/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a inserção das mulheres nas eleições de 2018;

nº 11.581/2018, da deputada Marília Campos, em que requer a realização de ciclo de debates sobre temas e pautas que serão apresentados pelos movimentos de mulheres e feministas no Dia Internacional das Mulheres de 2019;

nº 11.582/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Belo Horizonte, para debater o impacto da reforma trabalhista na vida das mulheres;

nº 11.623/2018, da deputada Geisa Teixeira, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para debater o Projeto de Lei nº 4.677/2017, que dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado;

nº 11.627/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Contagem, para debater a violência contra as mulheres.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2018.

Marília Campos, presidente.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 9 de abril de 2018, destinada a comemorar o centenário da Diocese de Luz.

Palácio da Inconfidência, 6 de abril de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Arnaldo Silva, Leandro Genaro, Nozinho e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/4/2018, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência de convidados, debater as ações de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à acessibilidade nos locais de votação e outras formas de acolhimento para o exercício do voto, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2018.

Duarte Bechir, presidente.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/4/2018

O deputado Duarte Bechir* – Sr. Presidente, deputado Inácio Franco, que preside os trabalhos nesta data; deputado Bonifácio Mourão, na pessoa de quem saúdo os demais pares.

Estamos hoje, Sr. Presidente, registrando com satisfação, no Plenário desta Casa, a segunda edição da Semana Estadual de Conscientização sobre os Transtornos do Espectro do Autismo, realizada anualmente na semana em que cair o 2 de abril, que foi criada pela Lei Estadual nº 22.419, de dezembro de 2016, decorrente de proposição de nossa autoria aprovada por esta Casa.

Impende frisar que a semana, necessariamente, inclui o dia 2 de abril por ser esta data consagrada pela Organização das Nações Unidas como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo.

Paro aqui um pouco da nossa fala para dizer o que acontecerá a partir de hoje na nossa Assembleia Legislativa. Ontem, na Prefeitura de Belo Horizonte, iniciamos o dia 2 com uma palestra, um debate sobre um decreto municipal que versa sobre o autismo. Fizemos a abertura na prefeitura, representando a Assembleia e a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Hoje, às 16 horas, ilustre deputado Bonifácio Mourão, jurista que é, deputado André Quintão, que tão bem sabe e entende a situação, assim como os demais pares, quero dizer que discutiremos a questão da judicialização das pessoas com deficiência. O Tribunal de Justiça se fará presente dando a nós a oportunidade de solicitar maior brevidade quando se entrar com uma demanda para o custeio de um medicamento ou para um atendimento a uma pessoa com deficiência, muito especialmente na questão do autismo.

Estivemos aqui, na Assembleia, há cerca de um mês, discutindo a questão das doenças raras. O dia de hoje nos remete a essa reunião que tivemos pelas seguintes condições, senhoras e senhores deputados. A presidente do movimento estadual de doenças raras demandou a necessidade de receber um medicamento necessário e vital para a sua vida. O poder público, a União, não ofertou o medicamento no prazo da necessidade de sua deficiência. Ela veio a óbito, faleceu, porque o Estado, a União, que deveria fornecer o medicamento, não se apresentou no momento correto.

Hoje, portanto, convido as deputadas e os deputados desta Casa para estarem conosco discutindo a judicialização, a urgência, a celeridade com que a Justiça precisa se manifestar em decorrência das ações impetradas pelas pessoas com deficiência. Solicitaremos a criação da vara da pessoa com deficiência e também do idoso que, juntas, darão a essas duas camadas sociais representativas maior agilidade e resolutividade nas ações impetradas para a sua subsistência, para a sua vida.

Neste 2018, Sr. Presidente, as Nações Unidas celebram o 2 de abril com a realização de diversos eventos que se orientam pelo lema “Capacitando mulheres e meninas com autismo”. Pretende-se, na esteira dessa temática, reafirmar o compromisso de promover a plena participação de todas as pessoas com autismo na sociedade e de garantir o apoio necessário para que exerçam, em plenitude, seus direitos e liberdades fundamentais.

Nesse diapasão, a celebração da Semana Estadual de Conscientização sobre os Transtornos do Espectro do Autismo tem por escopo enfatizar, em âmbito estadual, o movimento mundial de esclarecimento de tema tão momentoso, incentivando a realização de ações e eventos tendentes a conscientizar a sociedade acerca dos direitos da pessoa com transtornos do espectro do autismo.

Atento a esse propósito, fazemos menção a uma das iniciativas adotadas pelo poder público e por entidades da sociedade civil, inclusive no Brasil, que é iluminar com a cor azul edificações de referência nas suas respectivas localidades, a fim de emoldurar a questão com um brilho especial de alerta.

Dessa forma, por determinação do presidente desta Casa, deputado Adalclever Lopes, sensível ao acolher solicitação formulada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que tenho a honra de presidir, o edifício do Palácio da Inconfidência permanecerá iluminado com a cor azul durante toda a semana.

Quero também agradecer a manifestação de apoio do governo estadual, quando, atento à nossa solicitação, inaugurou, na Cidade Administrativa, aquele primeiro espaço onde se localiza o salão de eventos. O lugar ficará iluminado na cor azul durante toda esta semana. A escolha da cor azul, senhoras e senhores, prende-se ao fato de existir cerca de quatro vezes mais homens com essa condição do que mulheres. Por esse motivo a cor azul representa o autismo.

Embora inúmeras pesquisas ainda venham sendo desenvolvidas para conceituar o autismo, a primeira descrição, feita em 1943, pelo médico austríaco Leo Kanner, já sinalizava o consenso de que o que caracteriza o autismo são aspectos observáveis que indicam déficits na comunicação e na interação social, além de comportamentos repetitivos e áreas restritas de interesse. Mais recentemente, coube à médica inglesa Lorna Wing descrever, em 1988, a noção de espectro do autismo, pela qual sugere que as características do autismo variam de acordo com o desenvolvimento cognitivo. Assim, senhoras e senhores, em um extremo, existem os quadros de autismo associados à deficiência intelectual grave, sem o desenvolvimento da linguagem, com padrões repetitivos simples e bem marcados de comportamento e déficit importante na interação social.

No extremo oposto, há os quadros de autismo chamados de síndrome de Asperger, sem deficiência intelectual, sem atraso cognitivo significativo na linguagem, com interação social peculiar, e sem movimentos repetitivos tão evidentes. Dessa forma, a realização de intervenções precoces e a remoção das barreiras que prejudicam a participação da pessoa autista na sociedade são fundamentais para permitir o pleno desenvolvimento de seus potenciais.

Nesse sentido, senhoras e senhores, a comissão está promovendo, durante esta semana, a realização de audiências públicas com temas variados, com especial enfoque para as medidas necessárias à eliminação das diversas barreiras que impedem a participação social da pessoa com deficiência, especialmente o processo de inclusão do autista.

Quero fazer outra parada para, mais uma vez, oferecer o exemplo, presidente Inácio Franco, do que ocorre nas famílias em que se registram casos de crianças e jovens com autismo. Muitas escolas não aceitam a matrícula dessas crianças. Sendo assim, os pais têm de recorrer à Justiça para obrigar essas escolas a aceitarem seus filhos. Só as famílias em que se verifica e constata o espectro do autismo podem discutir conosco para criarmos caminhos que levem a favorecer, a melhorar e a ofertar serviços tão necessários a esses jovens e a essas crianças. O que discutimos na Assembleia em relação à judicialização é apenas um detalhe dos problemas que essas pessoas passam e suportam em sua convivência diária.

Essa providência, portanto, senhoras e senhores, é essencial, pois, apesar de se incluírem entre os transtornos de desenvolvimento mais comuns, os transtornos do espectro do autismo são pouco conhecidos por leigos e não há políticas estruturadas para atenderem às demandas específicas dessas pessoas e de suas famílias, o que justifica a necessidade de conscientização acerca do

assunto. Em todo o mundo, aproximadamente 70 milhões de pessoas de todas as classes sociais e etnias são afetadas pelo autismo. No nosso país, estima-se a existência de quase 2 milhões com o espectro.

É exatamente, senhoras e senhores, com o propósito de provocar uma reflexão profunda e abrangente em favor desse considerável contingente populacional que veio a lume a Semana Estadual de Conscientização sobre os Transtornos do Espectro do Autismo. Esse momento propõe despertar a sociedade para a complexidade da síndrome, para que haja mais diagnóstico, mais respeito e menos preconceito.

Assim, nesta semana especial, reiteramos o apelo para que o autismo seja definitivamente compreendido como uma questão de saúde pública, pelo número de pessoas atingidas e pela necessidade, ainda presente, de transpor os obstáculos existentes.

Queremos, portanto, mais uma vez, saudar efusivamente todos aqueles que destinam suas melhores energias e não medem esforços em favor da superação das diversas barreiras que impedem a interação com os autistas, rendendo a todos as nossas homenagens e a nossa disposição de figurar entre aqueles que se empenham para propiciar uma vida digna a essas pessoas e aos seus familiares, e, conseqüentemente, tornar a nossa sociedade mais humana e melhor.

Portanto, caro presidente Inácio Franco, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, há dois anos, quando propusemos – e esta Casa aprovou e o governo sancionou – a Semana de Conscientização sobre os Transtornos do Espectro do Autismo, a nossa ideia inicial... Este ano, com todo o apoio desta Casa e, em especial – quero aqui reafirmar –, do presidente Adalclever Lopes, que disse que toda a estrutura necessária para a realização da semana já estaria pronta e oferecida, a Assembleia de Minas, todos os pares, a comissão... Quero também mencionar a área de comunicação desta Casa, a TV Assembleia e a Rádio Assembleia, enfim, todos os comunicadores. Sinto que há um envolvimento como se fôssemos uma família partilhando esse sentimento que é de responsabilidade. Depois de criada essa semana de conscientização, Minas Gerais será outra em relação ao oferecimento de atitudes às pessoas com o espectro do autismo.

Hoje recebemos aqui os membros do Tribunal de Justiça e, amanhã, receberemos as entidades diversas para debatermos os impedimentos que vivem as pessoas com autismo; na quinta-feira, discutiremos a questão da educação e melhores condições para as pessoas com autismo; e, na sexta-feira, a questão do trabalho. Houve um pai que esteve na Assembleia e disse que uma determinada empresa, querendo cumprir a quota de emprego, oferecendo-o à pessoa com deficiência, teria perguntado se não haveria um autistazinho melhorzinho para levar para lá. Isso não pode acontecer nos dias atuais. O respeito e a inclusão devem caminhar juntos em favor da pessoa com deficiência.

O poder público não faz favor algum oferecendo às pessoas com deficiência aquilo de que elas necessitam. Essa é uma obrigação do poder público. Esta Casa tem dado o exemplo ao abrir as suas portas de segunda até sexta-feira para propiciar aqui os debates tão necessários à conscientização acerca dos transtornos que vivem os jovens e as pessoas com o espectro do autismo.

Portanto, presidente, ao encerrar a nossa fala, queremos comunicar a toda Minas Gerais que a Assembleia dá um passo importante para a vida e o cotidiano das pessoas com deficiência, em especial, nesta Semana de Conscientização sobre os Transtornos do Espectro do Autismo. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, colegas deputados, público que nos assiste das galerias e pela TV Assembleia, acompanhando os trabalhos da nossa Casa, boa tarde.

Na minha fala inicial, presidente, queria prestar uma homenagem ao deputado Duarte Bechir, que me antecedeu, que vem fazendo um trabalho importante na Assembleia no que diz respeito às questões dos deficientes, causas sociais importantes, e tem um diálogo com as questões ligadas também aos direitos humanos. Como presidente da Comissão de Direitos Humanos, sei da importância da luta que V. Exa. tem feito com essa bandeira.

Quero dizer-lhe que tive oportunidade de ser autor de um projeto de lei que trata da obrigação de sinalização específica para autistas nos caixas ou serviços preferenciais, em estabelecimentos públicos e comerciais, como existe, por exemplo, para gestantes, portadores de deficiência, idosos e pessoas com mobilidade reduzida. Por quê? Tive oportunidade, deputado Duarte, de apoiar o trabalho da Associação Norte Mineira de Apoio ao Autista – Anda –, para a qual destinamos um veículo, no início do mandato, a fim de atuarem em toda a região. Na ocasião, tive contato com o tema, com a situação dos pais que precisam lidar com os filhos autistas. Esses pais me reclamaram: “Olhe, deputado, o problema é que estamos, por exemplo, em um estabelecimento, como em um supermercado, e você nunca sabe quando uma criança com autismo vai ter variação de comportamento. Isso acaba sendo incompreensível tanto para os clientes quanto para os proprietários dos estabelecimentos. Quando você possui a possibilidade de atendimento preferencial, é bom para a pessoa que possui a enfermidade, para as pessoas que estão no estabelecimento e para o próprio estabelecimento”. Então, queria dizer a V. Exa. que tramita e que seria importante que a gente conseguisse ainda nesta legislatura – estamos no último ano da nossa legislatura –, entregar à população essa proposta, porque acho que ela colabora com a luta que V. Exa. tem feito aqui.

Então, presto a minha homenagem e o faço também pela data na sua pessoa, reconhecendo o trabalho importante que V. Exa. tem prestado ao povo de Minas nesse contexto.

Queria aproveitar também, deputado, para falar um pouco sobre a luta de quem é operador, militante dos direitos humanos, no nosso país. Temos vivido, infelizmente, um momento de muita intolerância, muito preconceito, muito ódio e muito radicalismo. Quando a gente pretende fazer uma discussão sobre um tema, lamentavelmente, virou um grande Fla-Flu no nosso país. Cada um se acha dono da verdade, perdeu-se completamente a capacidade de ouvir o diferente, de ouvir opinião contrária e de refletir sobre ela. Pelo contrário, a sociedade se encontra extremamente armada. Quem está em uma discussão está mais preocupado em ter oportunidade de trazer os seus argumentos do que realmente em ouvir os argumentos de quem pensa de maneira diferente, sem falar o que estamos fazendo com esses conteúdos, que poderiam ser tratados no campo do debate político, civilizado, por exemplo, as opções partidárias ou as opções por lideranças e candidatos a presidente. As redes sociais, especialmente, viraram um campo de guerra insano. Não sei se, às vezes, essa condição de estar atrás do computador e do celular cria uma zona de conforto para quem escreve. Mas, sinceramente, muita coisa, hoje, infelizmente, não dá para se dizer que deva ser utilizada.

Nós, operadores dos direitos humanos, estamos um pouco no foco de tudo isso, especialmente quando o debate é sobre violência ou segurança. Há alguns mitos que precisamos desconstruir aqui. O primeiro deles é sobre aquelas pessoas – vou chamar de torcida, porque não parece debate político – que pensam que defensor de direitos humanos defende bandido. Defensor de direitos humanos defende a vida, a dignidade humana. E eu falo considerando o que está definido no escopo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, da nossa Constituição, do nosso Código Penal e por aí vai. É evidente que a condição de alguns presos no sistema carcerário é objeto da nossa preocupação. Mas não porque queremos passar a mão na cabeça de preso, e sim por vários motivos. O primeiro ponto é que o cidadão tem de saber que temos um sistema extremamente falho, que pune, faz a privação da liberdade e não recupera o indivíduo. Quem acompanha os dados sabe que no Brasil, em média, 70% das pessoas que passam pelo sistema prisional lamentavelmente voltam a reincidir, ou seja, é um sistema que não funciona. Se, do ponto de vista legal, nós temos a punição como privação da liberdade, consta no texto da lei que deve haver reinserção do sujeito na sociedade. O segundo ponto é que o sistema é caro. Um preso custa hoje quase R\$3.000,00 no sistema prisional. E, se ele estiver na PPP, é mais caro ainda: acima de R\$4.000,00. Enfim, o sistema é caro, gasta-se muito e não se recupera o preso – esse é outro problema. O que se gasta hoje com um preso na cadeia é mais do que se gasta com um aluno durante todo o ano no sistema educacional. Há alguma coisa errada. Hoje o poder público, o Estado – e quando falo em Estado, incluo os estados, a União e os municípios – gasta mais nesse setor do que na educação. Quero dizer, portanto, que debater o modelo é fundamental. Metade dos presos que temos hoje no sistema prisional são provisórios. Eu nem sei se eles deveriam ficar superlotando as cadeias. Nós poderíamos ter uma medida alternativa para o preso de perfil de menor periculosidade, preso primário, o que evitaria a condenação. No Brasil, 10% das pessoas que estão na cadeia

praticaram crime contra a vida, como homicídio. Mas outros presos, que entram por praticarem crimes de menor ofensividade, saem escolados em outras práticas. Inclusive isso tem relação direta com a condição de trabalho dos agentes prisionais. Há cadeias superlotadas, e é desproporcional o número de presos e de agentes. Se os presos souberem quantos agentes trabalham, podem ficar até entusiasmados a cometer atos violentos. Esse é outro aspecto a ser discutido. Existe alternativa? Sim. Já fizemos audiências, visitas técnicas e defendemos o método da Apac, que, evidentemente, não é maravilhoso, está cheio de falhas. Mas quando observamos o gasto com o preso, o número de episódios de fuga, a recuperação e a ressocialização, ou seja, o baixo índice de reincidência, vemos que é um método que consegue ser alternativo.

Eu estou falando do sistema prisional que já está superlotado e não sei se vocês sabem que temos pelo menos 70 mil mandados de prisão em aberto ainda. Imaginem colocar todo esse pessoal na cadeia! Como vamos fazer? Como sair dessa cilada? O Brasil tem hoje uma das maiores comunidades carcerárias do mundo, em números absolutos, o que é mais um problema, envolve segurança. E num debate sobre segurança nós discutimos: vamos mexer em segurança, vamos ampliar o efetivo, vamos aumentar o calibre das armas, vamos colocar mais viaturas rodando. Pensamos em investir na repressão. É evidente que ela é necessária nas ocasiões corretas, adequadas e que exigem realmente a postura e o ato repressor.

Mas há uma série de outras condicionantes que, *a priori*, são geradoras da violência e da criminalidade e que o poder público não atende. Quero até mandar para o deputado Léo Portela depois, pois conversava com ele agora há pouco, um estudo, uma tese de doutorado de um pesquisador que fala como a evasão escolar tem relação direta no aumento dos índices e no perfil de quem cometeu crime. É uma pesquisa de campo, com dados e números. Evito fazer as minhas posições aqui só por achar. Não sou muito de achar, pois temos de dizer que temos dados e números que comprovam determinada coisa que pensamos. Senão, ficaremos aqui nas questões “pseudas”. Então nesse sentido o Estado precisa ser mais eficiente para saber qual modelo educacional temos, do acolhimento do sujeito, das escolas dos meninos mais pobres, do processo do percurso formativo, da questão da formação e valorização dos nossos profissionais, todo o redimensionamento da questão educacional.

Segundo, a presença do Estado tem de ser já nos primeiros meses de vida do sujeito. O Estado não pode se fazer presente somente na adoção das medidas, especialmente punitivas. Essa questão da meritocracia é uma grande bobagem. Achar que na meritocracia todo mundo é igual e que, se todo mundo trabalhar, ralar e tal, tal, tal, chegará lá na frente, é uma bobagem. O filho do rico vai à creche com poucos meses, existe babá que é bilíngue, recebe os melhores cuidados, não convive com a violência dentro do ambiente do lar, e o negócio por aí vai. Então a gente precisa fazer essa reflexão. Segurança é um debate amplo, mas que tem a ver com a pauta de direitos humanos. Depois volto a retomar o foco da minha intervenção inicial, que é a luta que hoje nós, que somos defensores dos direitos humanos, temos enfrentado no nosso país.

O deputado Léo Portela (em aparte)* – Obrigado, deputado Cristiano Silveira. V. Exa. que expõe suas ideias de maneira tão clara, de maneira tão digna, levanta a bandeira dos direitos humanos com muita seriedade, como é o seu trabalho, um trabalho muito sério, muito competente, muito digno.

Tenho os meus pontos de vista, que, claro, são divergentes, e, por amor ao debate e paixão ao contraditório, assumo este microfone hoje, mas para falar de um ponto específico. V. Exa. está falando da questão do sistema prisional, da violência no Brasil, da segurança pública como um todo, e quero falar da certeza da impunidade que existe no Brasil. O problema maior do Brasil hoje é a certeza da impunidade. (– Palmas.) Sabemos que hoje o criminoso comete ali o seu delito e, no outro dia, está nas ruas novamente. Então temos de falar de direito processual penal no Brasil.

Estamos no limiar de um tempo nefasto, porque, a partir de amanhã, no STF, com o julgamento do *habeas corpus* de Luiz Inácio Lula da Silva, podemos ver a justiça penal brasileira se transformar numa justiça de faz de conta. Porque, se os ministros do STF, amanhã, mudarem os seus posicionamentos, eles estarão dando uma bofetada na cara da população brasileira. Será o escárnio e a total desfaçatez com o povo brasileiro. Será jogar a justiça penal brasileira nas latrinas. E aí, sim, será a certeza total, a

institucionalização da impunidade em nosso país. E não podemos aceitar algo assim. Não é possível que o Brasil seja o único país com quatro instâncias para que o acusado possa recorrer.

Temos obviamente que defender o direito constitucional, a presunção da inocência, mas essa presunção não é salvo conduto para a impunidade. Temos graus de mensurabilidade da presunção da inocência. A partir da segunda instância, deve acontecer, sim, a prisão daqueles que são condenados, porque, se assim não o for, será a total desfaçatez do direito penal brasileiro, e certamente o povo brasileiro espera a seriedade dos ministros do STF para que cumpram o seu papel de defender a Constituição Brasileira. Porque, da forma que isso está sendo colocado, da forma que a ministra Cármen Lúcia se pronunciou, ontem, pela televisão, estamos temerosos de que amanhã um teatro seja armado, para que o acórdão do Jucá seja realmente institucionalizado e a Lava Jato seja enterrada. Não podemos aceitar que a Lava Jato seja enterrada. Não podemos aceitar que o Judiciário volte atrás em seu posicionamento e reverta a questão da prisão em segunda instância. Muito obrigado, deputado Cristiano.

O deputado Cristiano Silveira* – Com todo respeito ao colega e amigo Léo Portela, acho que a questão do Código de Processo Penal não se limita à situação inerente ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva e que, ao contrário, a prisão em 2ª instância fere artigos claros da Constituição que garantem o amplo direito de defesa, com a possibilidade de se apresentar recurso até a última instância. Então, vejo que o Supremo faz uma correção constitucional. Se entendermos que a prisão em 2ª instância precisa acontecer, é necessário que façamos uma alteração na lei, porque a lei em vigor é *pro reo*, ou seja, nela cabe a presunção de inocência. Assim, ao caminhar nessa direção, o Supremo faz uma correção do rumo que tem tomado até agora o Judiciário, que tem condenado sem a presença de provas, em 1ª e 2ª instâncias, como vimos no caso do presidente Lula.

Já a ameaça à Lava Jato, deputado, é feita pelos que hoje estão no governo: o Jucá, que comanda o governo, com o Michel Temer, ajudados pelo PSDB e por todos aqueles que compõem a base do Temer. Foi o Jucá que falou no grande acordo nacional. Então, quem coloca a operação em risco são outros elementos.

Gostaria de falar mais, porque o assunto é amplo, mas, como o meu tempo já se esgotou, vou limitar a minha intervenção no dia de hoje e me inscrever para falar posteriormente, para que possa expor os meus posicionamentos. Agradeço a V. Exa.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Saúdo o presidente, deputado Inácio Franco, as deputadas Ione Pinheiro e Rosângela Reis, os colegas deputados e os telespectadores da TV Assembleia. De modo especial, saúdo os agentes de segurança socioeducativos, categoria que faz um trabalho fundamental para Minas Gerais. São eles que fazem a guarda dos adolescentes em conflito com a lei e de alguns que, após alcançarem a maioria, permanecem sob sua guarda. O deputado Bonifácio Mourão, que se aproxima para um aparte, foi um dos autores da criação da instituição socioeducativa do governo do Estado em Governador Valadares.

Mas hoje mesmo, por solicitação do deputado Sargento Rodrigues à Comissão de Segurança Pública, deputado Coronel Piccinini, foi realizada uma audiência para discutir a situação, porque, infelizmente, por quebra de acordo do governo do Estado com os agentes socioeducativos, a categoria se encontra em greve. Veja a gravidade da situação de Minas Gerais, deputada Rosângela Reis: aquelas e aqueles que fazem a guarda de adolescentes em conflito com a lei estão em greve, e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais está tendo de ser acionada permanentemente para fazer a contenção desses jovens. Ou seja, agora, para fazer o que esses agentes fazem todos os dias e com toda tranquilidade, temos de lançar mão da Polícia Militar, retirando-a das nossas cidades, porque o governo do Estado mostra uma irresponsabilidade total.

O pior não é nem o fato de não cumprir o acordo, mas a atitude de não conversar com a categoria. Além das ameaças e do assédio violento contra os agentes socioeducativos, ele não conversa. Hoje, na Comissão de Segurança Pública, ouvimos um relato da maior gravidade: na semana passada, ao que me parece, houve uma agressão a agentes socioeducativos femininos. São mulheres que foram agredidas pelos adolescentes nessas unidades. Lutamos muito aqui – os deputados Sargento Rodrigues, Bonifácio Mourão, Coronel Piccinini e todos nós – pela permanência dos contratados, mas o governo está mandando todos embora.

E sobra o quê? Sobram alguns. Hoje, o governo não tem cumprido o acordo que fez com a categoria e, agora, o sistema está em greve.

Antes de passar o aparte, só queria lembrar algo que comentei hoje cedo, na reunião da Comissão de Segurança Pública. Eu e o deputado Sargento Rodrigues fomos conversar com aqueles que estão tratando da intervenção no Rio de Janeiro e perguntamos: e, aí, como andam as divisas com Minas Gerais? Estávamos preocupados com a divisa. Os responsáveis disseram: “Não se preocupem com as divisas de Minas Gerais, seu problema é outro”. Qual é o nosso problema? Perguntei. “O sistema penitenciário de Minas Gerais e o sistema socioeducativo, onde já acontecem batismos do PCC”. Coronel Piccinini, é a dominação do sistema prisional e do sistema socioeducativo pelo PCC em Minas Gerais.

Eu, respeitando o deputado Antônio Jorge, da nossa Juiz de Fora e das cidades da divisa com o Rio de Janeiro, até parei de me preocupar com as divisas e agora estou preocupado com os sistemas penitenciário e socioeducativo. Só que o governo não está, e ainda faz ameaça. Havia, deputado Sargento Rodrigues, uma viatura da Corregedoria, para saber quem está aqui hoje. Ora, gente, se começarmos a permitir que o servidor que vier à Assembleia Legislativa precise ir primeiro à Corregedoria, podemos fechar o Parlamento. Não é mesmo? Fecha-se o Parlamento de Minas Gerais. Se o Parlamento não pode conversar com as categorias do serviço público, deputado Antônio Jorge, que é um servidor público, fecha-se a Assembleia. Agora, quem vem à Assembleia está sendo ameaçado, porque a Corregedoria está na porta para saber quem veio e para saber o que vai falar.

Outro dia, fui testemunha do Sgt. Alexandre, do Corpo de Bombeiros. Ele veio à Assembleia Legislativa para falar que os Bombeiros Militares estão com problemas, que recebem de três vezes, que o IPSM não atende. Um bombeiro teve uma queimadura, e o hospital não o atendeu. Ele veio reclamar, e a Corregedoria veio me ouvir sobre o sargento. É um absurdo o que este governo faz, essa perseguição, esse assédio ao servidor público.

Com muito prazer, ouço o nosso líder, autor da Constituição do Estado de Minas Gerais, a quem rendemos sempre nossas homenagens, ex-prefeito de Governador Valadares, aquela princesa de cidade, com o nosso Rio Doce passando por ela. É uma maravilha essa cidade. Nossas homenagens ao deputado Mourão. Concedo-lhe um aparte, porque sei que ele trará brilho à minha manifestação.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado João Leite, agradecemos pelas referências, principalmente a Governador Valadares, pelo adjetivo maravilha de cidade, como nós também a consideramos. Assinamos embaixo das palavras de V. Exa. referentes aos agentes de segurança socioeducativos aqui presentes, que representam um número muito grande de agentes. Temos certeza de que V. Exa. já disse tudo, e concordamos plenamente.

Mas, pelas palavras do deputado Cristiano Silveira, gostaríamos de fazer algumas considerações, aproveitando o aparte de V. Exa. Primeiro, que o deputado Cristiano Silveira partiu do princípio de que *in dubio, pro reo*. Na verdade, existe também a expressão latina *in dubio pro societate*. Então, dividem-se as duas coisas. Isso se utiliza muito no Tribunal do Júri. Quando os jurados vão julgar um réu, se eles têm dúvida se o réu é ou não culpado, aplica-se o princípio *in dubio pro reo* e vota-se pela absolvição do réu. Mas, quando o juiz pronuncia o réu para mandá-lo a júri, ele adota o princípio *in dubio pro societate*, e manda-o para a sociedade.

Então, no caso do *habeas corpus* do Sr. Lula, que estará no Supremo para ser julgado amanhã, dia 4, seria aplicável o *in dubio pro societate*, porque se a sociedade tem dúvida, o Supremo precisa decidir por ela e não por um réu apenas. A sociedade é a sociedade brasileira. É outro patamar, evidentemente.

Agora, não tenho dúvida nenhuma, deputado João Leite, porque a sentença do juiz Sérgio Moro, de 214 folhas, faz todas as provas necessárias. Todos os direitos exercidos pela defesa foram cumpridos. Todos os prazos foram obedecidos.

A sentença aprecia tudo. O Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul, ao aumentar a pena para 12 anos e 1 mês, também examinou tudo. Então não existe dúvida.

Com referência à Constituição Federal, o pessoal que advoga a concessão do *habeas corpus* diz que ela fala que ninguém poderá ser preso, senão depois do trânsito em julgado da sentença, mas isso não é verdade. O art. 5º, que trata dos direitos e garantias individuais do cidadão em dezenas de artigos e incisos, não fala assim. Fala que ninguém será julgado culpado, senão depois do trânsito em julgado, o que é completamente diferente. Até porque, se não fosse diferente, os estupradores, os pedófilos, os ladrões à mão armada, os que praticam roubos, assaltos, sequestros, enfim, ninguém poderia ser preso, senão depois do trânsito em julgado. Vale dizer: senão depois de pelo menos 10 anos do cometimento do assalto, do assassinato. Seria assim. Mas a Constituição não fala assim. Eles estão raciocinando dessa forma para pressionar, de forma injusta, o Supremo Tribunal Federal.

Estou fazendo essas observações porque discordo do que foi colocado aqui pelo deputado Cristiano Silveira. Não há dúvida. Se houvesse dúvida, o Supremo teria que resolver o caso em favor da sociedade brasileira, e não em favor de uma pessoa só. E não há dúvida, porque o Moro é muito claro na sentença, do princípio ao fim, criterioso como ele é. E não há dúvida também porque o Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul, por unanimidade, também julgou e até aumentou a pena. O próprio presidente do Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul deu declaração à imprensa dizendo que nunca havia visto na sua vida uma sentença tão bem fundamentada.

Então vejam V. Exas.: onde está a dúvida? É naturalmente o PT querendo criar uma nova versão, aquela que, de tão falada e repetida, tem a intenção de se transformar em verdade. É a velha teoria do Goebbels.

Faço essas observações para restabelecer a verdade a respeito desse fato. Muito obrigado a V. Exa.

O deputado João Leite* – Registre-se a aula do jurista Bonifácio Mourão. Não deixou pedra sobre pedra.

Ouçõ o querido amigo da agricultura, deputado Antonio Carlos Arantes.

O deputado Antonio Carlos Arantes (em aparte)* – Muito obrigado, deputado João Leite. Eu queria só, de forma bastante rápida, manifestar-me aqui para me dirigir à família do prefeito Celson de Oliveira, da cidade de Nova Resende. Meus sentimentos a toda a família. O Celson hoje, infelizmente, de forma trágica, acabou tirando a sua própria vida.

Eu e Celson sempre militamos em grupos diferentes, sempre fomos oposição um ao outro nos grupos de Nova Resende, onde sempre fui de oposição. Mas sempre atuamos de forma muito respeitosa, da minha parte e também da parte dele, deputado Inácio Franco. Eu e Celson tínhamos uma convivência bastante harmônica, nunca tive atrito, algo vindo dele que viesse a me magoar. Pessoa que sempre me respeitou; eu, da mesma forma, sempre o respeitei.

Então venho, neste momento difícil, ser bastante solidário com a família e também com o povo de Nova Resende, que hoje está passando por um momento muito difícil, devido a esse fato tão triste ocorrido na referida cidade, com a morte do prefeito Celson. Que Deus dê conforto e um bom lugar a ele, e bastante conforto para a família e para o povo de Nova Resende. Muito obrigado, deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Eu queria falar do momento da Assembleia Legislativa. A Assembleia Legislativa não tem votado projetos. Estão sobrestados, na pauta, 18 vetos que deverão ser votados. No entanto, nós, da oposição, estamos cientes da importância de a Assembleia Legislativa não votar neste momento. Muitas pessoas, às vezes, falam que a Assembleia tem que votar. Depende. Neste momento, não podemos votar. O Poder Executivo, o governador Pimentel, o PT quer entregar o maior patrimônio da população de Minas Gerais.

Como deputado de oposição, não aceito. E não há quórum porque, além da oposição, muitos deputados e deputadas da base do governo não querem aprovar esse projeto, visto que Minas Gerais entregará o seu patrimônio para os chineses. Já sabem até qual será o destino da montanha mágica de nióbio de Araxá. Hoje esse é o minério mais estratégico do mundo. Ainda faltam 400 anos de exploração na mina de Araxá, e o governo quer entregar para o estrangeiro, para o capital internacional, Araxá e Minas Gerais.

Sei da resistência dos araxaenses, dos mineiros e dos brasileiros. Todos consideram a importância de mantermos o controle do nióbio no Brasil e em Minas Gerais. Por isso, se fôssemos votar esse projeto agora, Minas Gerais estaria entregando todo esse minério estratégico para outro país. Já temos o endereço: a China. Neste momento, seria prejuízo para a população de Minas Gerais votarmos esse projeto. Ora, não permitiremos a entrega do patrimônio de Minas Gerais.

É impressionante como isso está ligado ao decreto do governador. Ele está mudando um decreto do governo Anastasia que previa outro tratamento para as pessoas que tinham ficha suja: elas deveriam ficar fora de conselhos, fora de cargos do Estado. O governador Pimentel, mudando o decreto do governador Anastasia, está mudando isso, o que permite que essas pessoas figurem nos conselhos fiscais. Estamos falando de gente condenada em 2ª instância e que poderia ocupar conselhos fiscais nas empresas de Minas Gerais, como Cemig, Copasa e Codemig. É um absurdo o que este governador, o que este governo faz.

Portanto, estamos em processo de obstrução e permaneceremos assim porque não permitiremos que o governo do PT entregue a montanha mágica do nióbio de Araxá, de Minas Gerais e do Brasil. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Celise Laviola* – Cumprimento o caríssimo presidente, as senhoras deputadas e os senhores deputados. Salmo 62:2: “Só Ele é a minha rocha e a minha salvação; é a minha defesa; não serei grandemente abalado”.

O meu pronunciamento de hoje é de agradecimento pelo último 26 de março, dia em que houve aqui o evento de comemoração de 52 anos do MDB. Esses 52 anos foram comemorados com a presença maciça das nossas lideranças do interior e representatividade dos diretórios. Isso nos alegra muito. Quando vi, então, a nossa região Leste com presença em massa aqui, representando o nosso partido, o lado são do nosso partido, senti-me muito lisonjeada e muito contente.

Preciso fazer um agradecimento especial, porque o sucesso absoluto desse encontro se deu, sobretudo, pela dedicação dos organizadores e pela competência, atenção e profissionalismo dos servidores do meu gabinete, na Assembleia. Quero agradecer-lhes especialmente, pois colaboraram para que tudo ocorresse da melhor forma possível.

Agora vai o meu agradecimento especial. A eficácia na segurança e na realização do evento se deu especialmente pelo trabalho dos policiais legislativos desta Casa de leis, pela atuação deles para garantir a segurança e o conforto de todos que participaram do evento. A vocês agradeço o empenho em orientar e em acolher nossos convidados e em zelar pelas nossas dependências. O trabalho de vocês garantiu que todos conseguissem acompanhar a solenidade de comemoração do aniversário do nosso partido de forma absolutamente organizada, confortável e segura, o que nos deixa imensamente felizes.

Gostaria de agradecer-lhes também a atenção e a cordialidade direcionadas ao nosso evento do início ao fim. Eu e meus companheiros de partido estamos imensamente gratos pelo trabalho realizado com esmero em cada detalhe. A colaboração de vocês foi fundamental e indispensável. Sou muito grata pelo carinho e pela forma como vocês desempenham seus trabalhos não só nesse acontecimento, mas sempre que dependemos da atenção da Polícia Legislativa, vocês são grandes e merecem o nosso reconhecimento.

Como servidora desta Casa, não posso deixar de falar da importância do trabalho que nós, servidores da Assembleia, temos. Vocês, na área de vocês, fazem a diferença. Vocês vêm mostrando que não existe obstáculo e dificuldade para manterem a nossa Casa em segurança, para que todos que vêm aqui reivindicar participem, nesta Casa, do que aqui acontece e para que vocês que estão na plateia tenham segurança suficiente. Isso é muito importante e devemos isso ao trabalho de vocês. Portanto, o meu maior motivo aqui hoje é o reconhecimento a isso tudo que acontece com a participação de vocês.

Agradeço também à nossa bancada o evento e, de forma especial, ao deputado Mauro Lopes, secretário nacional do partido, que esteve aqui conosco participando, e ao presidente desta Casa, que nos lidera como emedebistas natos. Nas pessoas deles agradeço a toda a nossa bancada. São 13 deputados que se fazem presentes em tudo o que diz respeito ao nosso partido, sempre na defesa da nossa ideologia, na defesa do que a nossa bancada estadual prega e vem congregando nesta Casa.

Quero aproveitar para lembrar que as raízes do nosso partido visam, sobretudo, à plena democracia. Essa comemoração foi marcada para nós, emedebistas, como a celebração das conquistas de um governo aberto, acolhedor e preocupado com os laços que fazemos com a sociedade, por isso somos o maior partido do Brasil.

Agradeço aos prefeitos, aos vereadores e às lideranças da região Leste de Minas que nos prestigiaram e engrandeceram nossa celebração. Foi um prazer e uma honra receber representantes do Vale do Rio Doce, da Zona da Mata, do Caparaó e de toda região Leste do Estado.

Quero dizer também, aproveitando a oportunidade, que temos aprovado aqui projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e que permitem a inclusão da nossa região, já que estou agradecendo a participação dos emedebistas da região Leste, na Área Mineira da Sudene. Estamos lutando por isso, estamos empenhados nessa inclusão. Os municípios, assim, passariam a contar com incentivos do governo federal para fomentar sua economia, enfrentar a seca, gerar emprego e renda e ajudar a elevar a qualidade de vida de nosso povo. Estar próximo aos municípios, que são base de desenvolvimento de nosso estado e de nosso país, é um dos compromissos de nosso partido e, claro, é meu compromisso com minha região.

Quero dizer que, apesar de termos tido uma primeira derrota no Senado, não vamos desistir da inclusão da região Leste na área da Sudene, tendo em vista a nossa situação atual, a crise hídrica por que passamos e a necessidade que temos dessa inclusão.

Ressalto, mais uma vez, a importância dos servidores desta Casa, dos meus colegas, e em especial hoje, devido à menção que faço ao evento, a importância da nossa Polícia Legislativa. Vocês são muito importantes no trabalho e na condução desta Casa; vocês fazem parte do coração da Assembleia Legislativa. Muito obrigada.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu não poderia deixar de repercutir aqui uma preocupação nacional, de todo o País, mas principalmente de homens e mulheres honrados deste país, trabalhadores que estão aguardando ansiosamente a decisão do Supremo Tribunal Federal. Fiz questão, Sr. Presidente, de enviar comunicado a cada um dos senhores ministros e a cada uma das senhoras ministras daquela Corte Superior, para que não venham mudar a última decisão quanto ao cumprimento da pena por decisão em 2ª instância. Não podemos admitir o retrocesso. Não vou dizer aqui que essa decisão será o fim da Lava Jato. A minha preocupação não é com o fim da Lava Jato, mas com o efeito pedagógico que essa decisão terá para todo o País. Não podemos permitir que, por causa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o mentor e chefe dessa enorme quadrilha que saqueou os cofres públicos e de várias estatais brasileiras, fiquemos à mercê de um retrocesso. Se o STF voltar atrás na decisão e permitir que, para a exigência do cumprimento da pena não sejam mais válidas apenas as decisões de 2ª instância, será o maior retrocesso para este país. Teremos pedófilos, estupradores, latrocidias, homicidas, todos eles ganhando as ruas, porque qualquer advogado vai impetrar o chamado *habeas corpus* ao STF. Será um desrespeito à população, às pessoas trabalhadoras deste país, às pessoas que pagam impostos e às pessoas que querem ver a lei penal ser cumprida na prática.

Fazer o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumprir a pena pela decisão do TRF-4 é obrigação do STF, em respeito aos 207 milhões de brasileiros. Não podemos admitir, em qualquer hipótese, que uma decisão seja contrária, sob pena, Sr. Presidente, de este país entrar em colapso e enfrentar uma guerra civil. Será que os ministros do STF não estão conseguindo enxergar a dimensão dessa decisão? Espero que os juízes da Suprema Corte brasileira tenham juízo. Espero que eles saiam em defesa do povo brasileiro. Lula tem de ir para a cadeia de imediato. Lula tem de ir para a cadeia, inclusive os seus ascetas, os cegos, aqueles que acreditam em Papai Noel. Lula foi condenado em 1ª instância, foi condenado em 2ª instância. Querem mais o quê? Querem dizer que ele é santo? Lula não é santo, Lula foi condenado do ponto de vista jurídico e técnico sob o aspecto penal. Não há o que ser questionado, nem mesmo pelo petista mais cego deste país. E espero, Sr. Presidente, que o STF mande o Lula para a cadeia amanhã. Essa é a esperança da maioria esmagadora do povo brasileiro.

– No decorrer de seu pronunciamento, o deputado Sargento Rodrigues suscita questão de ordem, publicada na edição do dia 5/4/2018.

Dando continuidade, Sr. Presidente, há petista que acha que está acima da lei e da ordem. Esse cidadão que estava aqui nas galerias fazia referências desrespeitosas enquanto este deputado estava na tribuna. Não sou eu que estou sendo chamado de chefe de organização criminosa no País. Não sou eu que estou condenado em 2ª instância pelo Tribunal Regional Federal – TRF-4. Agora, aqueles que discordam das questões aqui deixem que os deputados da base do PT venham fazer o contraponto. Deixe isso com os deputados do PT e não venham ficar agredindo deputados das galerias, achando que vamos aceitar de forma passiva.

Com base exatamente na identificação do cidadão, farei a representação, Sr. Presidente, na delegacia competente. Lá ele explicará para o delegado, para o promotor e para o juiz o que veio fazer aqui, o que veio falar de bobagem aqui nas galerias da Assembleia. Mas não podemos aceitar.

Com relação a essa questão do STF, presidente, a minha fala é nesse sentido. Quero aqui parabenizar os agentes socioeducativos que se encontram nas galerias. São outras vítimas do governo do PT em Minas Gerais. Hoje, deputado João Leite, abrimos os microfones da Comissão de Segurança Pública para eles. Estão sendo perseguidos pelo governo do PT em Minas Gerais. Os agentes socioeducativos entraram em greve e receberam o aviso, como ameaça, de que vão cortar o ponto.

Deputado André Quintão, o governo do PT em Minas ameaçou os servidores socioeducativos, administrativos e analistas de cortar o ponto deles em função de estarem fazendo greve. Não foi o Partido dos Trabalhadores que sempre defendeu a bandeira e o respeito constitucional à greve? Há perseguições, deputado André Quintão, assédio moral e desvios de função. Eles sequer têm uma carteira funcional decente. Que governo é esse? Faltam rádios e viaturas. Há diretores de penitenciária perseguindo, retaliando, ameaçando trabalhadores do sistema prisional.

Hoje a Polícia Militar teve de ocupar o Centro Socioeducativo de Uberlândia, porque lá os servidores cruzaram os braços, e aqui o governo não tem coragem de mandar para a audiência pública, deputado João Leite, um secretário de Estado. Sabe por quê? Porque o lema do governo do PT em Minas Gerais é empurrar com a barriga, enrolar. Inventaram um tal de Carlos Calazans, o maior 171 que o governo colocou como interlocutor junto aos sindicatos e associações de classe dos servidores públicos. Vou repetir: Carlos Calazans, que foi sindicalista a vida inteira e hoje é o maior pelego desse governo, o maior 171, para enrolar.

Estão enrolando neste momento os servidores administrativos e querem enrolar também os agentes socioeducativos. Não caíam nesse engodo. Não caíam nessa armadilha, nessas mentiras, nessas falácias do governo do PT. Até agora, dia 3 de abril, às 15h30min, o governo ainda não anunciou, deputado Inácio, qual será a escala de pagamento dos servidores. Olhem o estágio a que chegamos de irresponsabilidade deste governo. O servidor sequer pode programar que dia vai pagar as suas contas, que dia vai fazer a compra do mês, que dia que vai pagar a conta de luz, a conta de água, que dia vai pagar a prestação de uma roupa, que dia vai poder comprar um remédio, porque o governador não anunciou a escala de pagamento referente ao mês de março. Que vergonha, governador! Que desrespeito! Que despreparo! Que incompetência! Que irresponsabilidade deste governo frente aos servidores públicos. Não resolve o problema, engana todos, empurra todos com a barriga e depois ameaça, faz perseguição e retaliação.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/4/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 9/4/2018, Flavio de Souza Pinto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adalclever Lopes;

exonerando, a partir de 9/4/2018, Inês Pereira Ferreira, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando, a partir de 9/4/2018, Izabella Mairink Rizzo, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

exonerando, a partir de 9/4/2018, Juliana Gomes Vargas, padrão VL-32, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel;

exonerando, a partir de 9/4/2018, Keyzer Antonio de Paula Silva, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

exonerando, a partir de 9/4/2018, Marlucio Cassio da Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Bloco Minas Melhor, vice-líder deputado Celinho do Sinttrocel;

exonerando, a partir de 9/4/2018, Simone Abuid Moreira, padrão VL-39, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel;

nomeando Juliana Gomes Vargas, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Mateus de Souza Pinto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adalclever Lopes;

nomeando Rodrigo Nonaka Gontijo, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Simone Abuid Moreira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Bloco Minas Melhor, vice-líder deputado Celinho do Sinttrocel;

nomeando Walisson Mairink de Souza, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei complementar nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 19 de fevereiro de 2018, o servidor Sebastião Soares de Oliveira, CPF nº 372.770.736/49, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-49, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, à vista do disposto no inciso I do § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, observada a Emenda Constitucional nº 70, de 29/3/2012, e as disposições contidas nas Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, na Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nas Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e no Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, e nos termos do Laudo de Aposentadoria da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, datado de 27/2/2018, assinou o seguinte ato:

aposentando, por invalidez, a partir de 27 de fevereiro de 2018, com proventos integrais, o servidor Paulo Eduardo Ribeiro de Freitas, CPF nº 771.457.476-34, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-47, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, à vista do disposto no inciso I do § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, observada a Emenda Constitucional nº 70, de 29/3/2012, e as disposições contidas nas Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, na Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nas Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, no Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, e nos termos do Laudo de Aposentadoria da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, datado de 13/3/2018, assinou o seguinte ato:

aposentando, por invalidez, a partir de 13 de março de 2018, com proventos integrais, o servidor Rovilson Galdino de Menezes, CPF nº 482.400.956-15, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-33, classe II, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.